

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração do SANTAFÉPREV – Instituto Municipal de Previdência de Santa Fé do Sul, com base na Lei Municipal nº 3.104 de 14/08/2013, **CONVOCA**, para o Dia 28/07/2015, às 17h, na sala de Reuniões do Santafeprev, sito a Rua 07, 1.167, Centro, Nesta Cidade, os membros do Conselho de Administração, para uma **REUNIÃO ORDINÁRIA** para tratar dos seguintes assuntos:

- 1- Posição da Aplicações Financeiras Junho/2015;
- 2- Relatório de Enquadramento Legal RiskOffice;
- 3- Relatório Mapa Simplificado de Controle de Riscos RiskOffice;
- 4- Outros assuntos.


Estância Turística de Santa Fé do Sul, 23 de Julho de 2015.




Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
CGRPPS nº 773

CONVOCAÇÃO – REUNIÃO 28/07/2015 – 17 horas

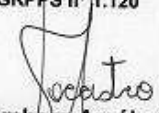
MEMBROS



Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Membro Titular do Executivo Municipal
CGRPPS nº 773



Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Membro Titular do Executivo Municipal
CGRPPS nº 1.120



José Rollemberg Araújo Castro
Membro Titular Eleito



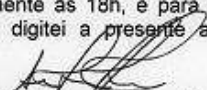
Renata Alves Rodrigues
Membro Titular Eleito
CGRPPS nº 1.132


e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax (17) 3631-3468
CEP 15775-000 - ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL/SP

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SANTAFÉPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Aos (28) vinte e oito dias do mês de Julho de 2015, na sala de Reuniões do Santaféprev, sito a Rua 07, 1.167, Centro, nesta cidade, com início às 17h, realizou-se a **VIGÉSSIMA PRIMEIRA** reunião do Conselho de Administração conjunta com o Conselho Fiscal. Verificou-se a presença dos seguintes Conselheiros: Paulo Rogério Gonçalves da Silva, Andressa Evangelista de Alencar Rezende, Renata Alves Rodrigues e José Rollemberg Araújo Castro, e a presença de Laurie Medeiros de Souza Clementino, Diretora Financeira, Elio Miler, Contador, Alessandra Cristina Furtinho, Chefe da Seção de Benefícios, Evandro Zarpelão, Controle Interno e o Diretor Presidente, Ronaldo Salvini. Havendo quorum dos Conselheiros, o Presidente do Conselho iniciou os trabalhos, convidando a Sra. Andressa Evangelista de Alencar Rezende para secretariá-lo. Inicialmente agradeceu a presença de todos, apresentando a pauta de trabalho do dia: **1 - Posição da Aplicações Financeiras Junho/2015; 2 - Relatório de Enquadramento Legal RiskOffice; 3 - Relatório Mapa Simplificado de Controle de Riscos RiskOffice; 4 - Outros assuntos.** Para apresentação da pauta o Presidente do Conselho convidou o Sr. Ronaldo Salvini, Diretor Presidente para apresentação e esclarecimentos. Iniciando a palavra a Diretora Financeira apresentou: **Item 1** – O saldo do mês de Junho/2015, foi de R\$ 25.366.111,81 (vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e seis mil, cento e onze reais e oitenta e um centavos). Com saldo positivo de R\$ 646.436,81 (seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos). **Item 2** – Foi apresentado o relatório de enquadramento legal, que até o mês de junho, estamos com 5,32% da meta de IPCA+6% que no momento está em 9,31%. **Item 3** – Foi apresentado e discutido. **Item 4** – Discutimos o cenário econômico principalmente sobre cenário econômico publicado por Thiago Neves Pereira, economista do Bradesco, que diz "o cenário ainda é de crescimento negativo nesse ano, alta de desemprego e inflação elevada. Contudo, à medida que o processo de ajuste evolui, a inflação cede, as taxas de juros caem, favorecendo o crescimento já no próximo ano. O país deve crescer entre 1% e 1,5% em 2016 e acelerar para algo entre 2% e 3% em 2017 e 2018. Quanto à inflação devemos sair de um patamar próximo a 9% nesse ano para algo perto de 5,5% no ano que vem. Com relação à taxa de juro, a Selic deve encerrar o ano entre 14,5% e 15%. No ano que vem, diante da queda da inflação, abre espaço para uma queda agressiva de juros, entre 200 e 300 pontos, caindo para próximo de 12%. Em relação ao câmbio, a gente espera uma desvalorização ao longo do ano, encerrando 2015 entre R\$3,20 e R\$3,30 e próximo a R\$3,40 em 2016". Assim, o comitê de investimento decidiu na reunião ordinária do dia 22/07/2015 manter as aplicações como estão conforme item 1, e investir os novos recursos no IMA-B 5 e o DI para pagamento exclusivo de Folha e despesas administrativas. NADA MAIS havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, precisamente às 18h, e para constar, eu (Andressa Evangelista de Alencar Rezende) Secretária, digitei a presente ata que é assinada por mim e pelo Presidente.


Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Secretária
CGRRPS nº 1.120


Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Presidente
CGRRPS nº 773

e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax (17) 3631-3468
CEP 15775-000 - ESTÁNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL/SP


PARECER DO CONSELHO

O **Conselho de Administração** do SANTAFÉPREV – Instituto Municipal de Previdência Social de Santa Fé do Sul, com base no artigo 105 e 106, da Lei Municipal n° 3.104 de 14/08/2013, reuniu nesta data para tratar de assuntos relacionados pelos itens 1 ao 4 da pauta de convocação e outros assuntos da ordem Geral.


Após análise dos mesmos, julgou-se regulares e satisfatórias os assuntos relacionados nos itens 1 a 4.

Estância Turística de Santa Fé do Sul, 28 de Julho de 2015.

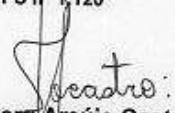
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Membro Titular do Executivo Municipal
CGRPPS n° 773



Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Membro Titular do Executivo Municipal
CGRPPS n° 1.120



José Rollemberg Araújo Castro
Membro Titular Eleito



Renata Alves Rodrigues
Membro Titular Eleito
CGRPPS n° 1.132





e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete n° 1167 - Centro - Fone/Fax (17) 3631-3468
CEP 15775-000 - ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL/SP

POSIÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS - JUNHO/2015

DESCRIÇÃO DO FUNDO	INÍCIO APLICAÇÃO	CNPJ	Resgate	JUNHO	%
RENDA FIA - ART. 7º - INCISO I - 9º - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 10% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 6%	24/02/2015	11.328.800/0001-05	D=1	941.190,79	0,51
BB PREVIDENCIÁRIO RP-FR-A1 TP	11/03/2014	19.303.794/0001-90	D=1	845.130,51	4,40
FI CAIXA BRASIL IRFM 1 TP-RF	09/02/2014	10.740.670/0001-00	D=1	5.996.486,70	41,46
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-8 TP-RF LP	20/05/2013	11.882.913/0001-10	D=1	6.778.623,76	46,84
SANTANDER (RESERVA TAXA ADMINISTRATIVA)	02/10/2011	11.180.607/0001-17	D=1	105.179,21	0,73
RENDA FIA - ART. 7º - INCISO III - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 8% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 10%				14.479.377,96	87,48
FUNDO DE INVESTIMENTO DIFERENCIAL RF LP	14/12/2011	11.932.276/0001-81	D=120	576.840,61	100,00
RENDA FIA - ART. 7º - INCISO IV - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 30% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 9%				628.846,61	3,25
SANTANDER FI EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CORPORATE REF. DI	23/09/2013	03.099.104/0001-40	D=0	209.731,73	4,76
BRUBINCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	17/01/2014	03.256.789/0001-00	D=1	849.871,11	19,88
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TP-RF LP	20/06/2013	05.164.568/0001-04	D=1	3.262.663,09	73,35
RENDA FIA - ART. 7º - INCISO VI - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 10% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 8%				4.318.266,92	17,02
CI FIC-JURIS REAL	26/04/2011	11.198.684/0001-02	D=540	1.733.171,55	100,00
RENDA FIA - ART. 7º - INCISO VI - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 8% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 2%				1.733.171,55	6,03
FIC TREASURARY BANCO DE FOMENTO MULTISECTORIAL	02/05/2011	08.927.483/0001-09	2019	21.824,82	100,00
				21.824,82	0,09
SUB-TOTAL				21.824,82	0,09
TOTAL SUBTOTALIZA				21.824,82	0,09
RENDA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO II - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 16% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 2%					
J. MULLICELLI SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	10/02/2011	09.530.197/0001-07	D=20	199.490,71	100,00
RENDA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO IV - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 5% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 8%				199.490,71	0,78
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FFI LONGO PRAZO INCORPORADO FUNDO ROMA	14/12/2010	14.287.137/0001-53	D=1440	2.804.033,14	100,00
RENDA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO V - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 8% - LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTO: 8%				2.804.033,14	11,29
FOCO CONQUEST FP	29/11/2011	10.625.628/0001-47	2017	466.591,65	100,00
				466.591,65	3,39
SUB-TOTAL				3.310.615,50	15,41
TOTAL RENDITA VARIÁVEL				3.310.615,50	15,41
SALDO CONTABILIZANTE				67.203,33	0,24
TOTAL GERAL				25.892.111,91	100,00

BANCOS:	VALOR	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	18.040.863,54	63,24
BANCO DO BRASIL	1.846.638,29	6,35
BANCO SANTANDER	311.909,04	1,23
BANCO BRADESCO	549.871,11	2,12
INVESTIMENTOS GESTÃO ANTERIOR	6.489.807,89	25,06

Mapa Simplificado de Controle de Riscos



SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO 2015-06-30

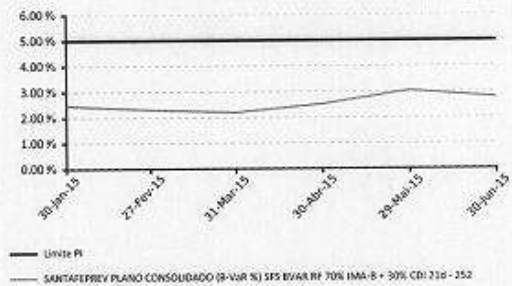
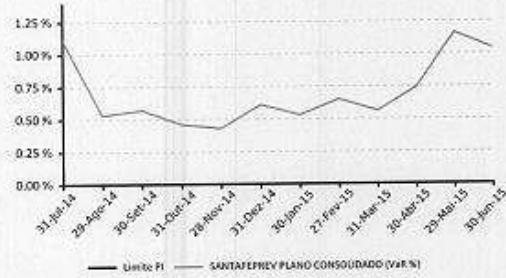
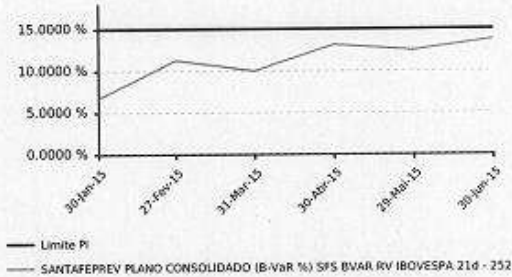
30/06/2015

RISCO DE MERCADO

Mandato	Benchmark	PL Calculado	PL Informado	VaR/BVaR	Limite PI	Status	Stress	Stress %
FEPREV PLANO CONSOLIDADO (SFS 21D - 252)		25,279,660.48	25,278,911.46	1.04%	-	-	(918,674.80)	(1.26)%
FEPREV PLANO CONSOLIDADO	70%IMA-B + 30%CDI	25,148,452.71	25,147,703.69	2.78%	5.00%	✓	-	-
FEPREV PLANO CONSOLIDADO	Ibovespa Carteira Aberta	131,207.77	131,207.77	13.72%	15.00%	✓	-	-

* Quando o campo Benchmark estiver preenchido, o valor apresentado na coluna VaR/BVaR será o Benchmark VaR. Caso contrário o valor apresentado será o Value at Risk.

EVOLUÇÃO GRÁFICA



[Handwritten signatures and initials]

1. Este documento é de propriedade exclusiva da Risk Office e somente pode ser reproduzido mediante sua expressa autorização;
2. Este documento tem caráter meramente informativo, cabendo única e exclusivamente ao usuário a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da utilização que faça ou venha a fazer das informações nele contidas;
3. O conteúdo deste documento não deve ser entendido e nem interpretado como recomendação e nem garantia de resultados;
4. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Mapa Simplificado de Controle de Riscos



SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO 2015-06-30

30/06/2015

RISCO DE CRÉDITO

	Rating	MtM Inf.	% Crédito	% Total
Faixa 1	AAA	54,168.03	2.92	0.21
Faixa 2	AA	1,775,389.48	95.77	7.02
Faixa 3	A	497.40	0.03	0.00
Faixa 4	BBB	0.00	0.00	0.00
Faixa 5	< BBB-	21,824.92	1.18	0.09
Sem Nota	-	1,882.77	0.10	0.01
Outros (*)	-	0.00	0.00	0.00
Total		1,853,762.60		

*Os valores apresentados em crédito privado não contemplam o financeiro dos swaps.

LIMITES POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Total	Limite	Status
Total Crédito Privado	7.33	75.00	✓
Grau Especulativo	6.95	7.50	✓

ATIVOS GRAU ESPECULATIVO

Ativo	Exposição	Origem	Nota	Agência	Veículo
IPPT12	1,227.77	IPIRANGA PRODUTOS PETROLEO SA	-	-	SANTANDER FI II REFERENCIADO DI
IPPT12	1,227.77	IPIRANGA PRODUTOS PETROLEO SA	-	-	SANTANDER FI II REFERENCIADO DI
VEBM17	654.99	VOTORANTIM CIMENTOS SA	-	-	SANTANDER FI II REFERENCIADO DI
VEBM17	654.99	VOTORANTIM CIMENTOS SA	-	-	SANTANDER FI II REFERENCIADO DI
FIDC TRENBANK	21,824.92	FUNDO INVEST DIREITOS CREDITORIOS	-	-	SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO
FIDC TRENBANK	21,824.92	FUNDO INVEST DIREITOS CREDITORIOS	-	-	SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO
QT IPCA FIDC JUROS	1,733,171.55	QT IPCA FUNDO INVEST DIREITOS	-	-	SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO
QT IPCA FIDC JUROS	1,733,171.55	QT IPCA FUNDO INVEST DIREITOS	-	-	SANTAFEPREV PLANO CONSOLIDADO

CONTROLE DE LIQUIDEZ

Liquidez	Observado	Acumulado	Limite PI	Status
1	96.07%	96.07%	30.00%	✓
1	0.00%	96.07%	30.00%	✓
21	0.15%	96.23%	40.00%	✓
21	0.00%	96.23%	40.00%	✓
Longo	3.77%	100.00%	-	-

ALOCÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	% Total	Mínimo PI	Máximo PI	Status
Renda Fixa	99.48%	0.00%	100.00%	✓
Renda Variável	0.52%	0.00%	30.00%	✓

1. Este documento é de propriedade exclusiva da Risk Office e somente pode ser reproduzido mediante sua expressa autorização;
2. Este documento tem caráter meramente informativo, cabendo única e exclusivamente ao usuário a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da utilização que faça ou venha a fazer das informações nele contidas;
3. O conteúdo deste documento não deve ser entendido e nem interpretado como recomendação e nem garantia de resultados;
4. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros;
5. Os valores informados nos segreiros de imóveis e empréstimos são considerados como parte do total dos recursos garantidores do plano quando verificamos os limites de concentração estipulados na Resolução CMR 1.792.



DI BLASI
Consultoria Financeira

A NTN-F abaixo é a base dos fundos IRF-M.

NTN-F - Taxa (% a.a.)/252		20/jul/15
Títulos Públicos Federais		
Data de Vencimento	Tx. Indicativas	
01/01/2017	13,3494	
01/01/2018	12,7738	
01/01/2019	12,6243	
01/01/2023	12,5301	
01/01/2025	12,5111	

Papel PREFIXADO

Diferença entre a taxa indicativa da NTN-F e a taxa indicativa da NTN-B (mesmo vencimento) é a Inflação Projetada.

Vencimento	INFLAÇÃO PROJETADA % ao ano
15/05/2015	6,62
15/05/2017	6,06
15/08/2018	5,88
15/05/2019	5,84
15/05/2023	5,85

A NTN-B abaixo é a base dos fundos IMA-B.

NTN-B - Taxa (% a.a.)/252		20/jul/15
Títulos Públicos Federais		
Data de Vencimento	Tx. Indicativas	
15/05/2017	6,3093	
15/08/2018	6,3339	
15/05/2019	6,3700	
15/05/2023	6,3200	
15/08/2025	6,2900	

Papel IPCA

Diagnóstico: Os fundos IRF-M estão com rendimento projetado entre 12,51% e 13,34% ao ano, de acordo com o vencimento dos títulos. Os fundos IMA-B estão com rendimento projetado (taxa de juro real) entre 6,29% e 6,37% ao ano, dependendo do vencimento dos títulos.

Projeção IPCA 17/07: 9,10%

Fonte: Focus Banco Central do Brasil

Comentário: Para entender os quadros acima:

1) NTN-F: título público federal integrante da carteira dos fundos da categoria IRF-M. As taxas indicativas mostram a rentabilidade (taxa de juro real) anual para os títulos, de acordo com o prazo de vencimento.

2) NTN-B: título público federal integrante da carteira dos fundos da categoria IMA-B. As taxas indicativas mostram a rentabilidade (taxa de juro real) anual para os títulos, de acordo com o prazo de vencimento. Para a obtenção da rentabilidade final da NTN-B deve ser acrescida a projeção de inflação, medida pelo IPCA.

CONCLUSÃO: Taxa de juros SELIC em elevação. Inflação em patamar elevado e persistente. Neste sentido, direcionar os recursos nos 03 indexadores: SELIC/CDI (até 30% da carteira); IMA-B (até 60% da carteira) e IRF-M 1 (parcela restante da carteira).

A diferença entre a taxa de juro da NTN-F e a taxa de juro da NTN-B é a inflação projetada

Análises

Cenário Econômico - Julho 2015

Cristiane Alkmim J. Schmidt
Economista da Itaú Asset Management

Veja Também

- Comentário do Gestor - Renda Fixa
- Comentário do Gestor - Renda Variável
- Cenário Econômico

Começando por Estados Unidos, os dados divulgados ao longo do primeiro semestre indicam que as bases para um aumento do consumo e da atividade estão cada vez mais sólidas. Os indicadores de confiança seguem em níveis historicamente altos, a taxa de desemprego está baixa e as vendas no varejo tem apresentado melhora. Logo, a despeito da decepção com a produção industrial em maio, os fundamentos indicam que o consumo das famílias impulsionará a atividade americana.

Sobre a política monetária, a presidente do Banco Central americano, o Federal Reserve, reiterou que mais importante do que o momento da primeira alta, que deverá ocorrer ainda este ano, será o ritmo dos movimentos seguintes. Tendo em vista que projetamos um crescimento da atividade mais forte do que as estimativas do Fed, mantemos nossa expectativa para a primeira alta em setembro, mas reconhecemos o risco de que o movimento ocorra somente em dezembro.

Na China, ao longo do mês o governo central divulgou novas medidas, como novos cortes na taxa de juros e dos recolhimentos compulsórios, para estimular o crescimento. Indicadores mostram que parte do efeito pode já estar surgindo na economia, com os dados de produção industrial e de vendas no varejo acelerando marginalmente em maio. Por outro lado, alguns dados decepcionaram, como a balança comercial, que registrou queda nas exportações e nas importações - o que pode indicar que a demanda doméstica ainda está fraca. Levando tais fatores em conta, esperamos que o governo mantenha a postura vigente, atuando conforme necessário para garantir o cumprimento das metas oficiais de crescimento.

Na Zona do Euro, as atenções se centraram na situação grega e em seu impacto tanto para a União Europeia. Na última sexta-feira de junho, o primeiro ministro grego, Alexis Tsipras, anunciou a realização de um referendo no primeiro domingo de junho, cujo tema foi a aprovação de um programa proposto pelos credores do país. O movimento unilateral surpreendeu o resto da Europa e o mercado, e com a deterioração da situação dos bancos se fez necessária a imposição de um feriado bancário e do controle de capitais. O Syriza (partido do primeiro ministro) se posicionou publicamente contra o acordo, defendendo o "não" e afirmando que isso não significa abandonar o euro. Cerca de 61% da população seguiu os apelos do primeiro ministro e votou contra o acordo, de forma que aumentaram substancialmente os riscos de saída do país da Zona do Euro, com forte instabilidade política e forte impacto na economia local.

Apesar da divulgação de dados ao longo do mês ter sido eclipsada pelas negociações gregas, cabe ressaltar que a deterioração das expectativas parece ter ficado razoavelmente contida ao país, com indicadores de confiança apresentando melhora ou leve deterioração. A contaminação foi mais clara para os títulos soberanos de países como Portugal, Itália e Espanha, e é possível que os ativos registrem novos eventos de volatilidade no próximo mês. Com isso, encerramos o panorama global, e vamos falar sobre a economia local.

Ao longo do mês de junho nos deparamos com indicadores que corroboram o quadro de recessão da economia brasileira, bem como discussões importantes sobre as políticas monetária e fiscal.

Levando em consideração o ambiente de baixa confiança entre empresários e consumidores, deterioração acentuada da demanda e aumento significativo dos estoques, projetamos contração do PIB em 2015 de -1,8%, e leve retração de -0,1% em 2016.

A contração da atividade elevará a ociosidade no setor produtivo e gerará um aumento da taxa de desemprego, que deverá encerrar o ano em cerca de 7,5%. No entanto, a pressão desinflacionária da economia só se fará sentir a partir do ano que vem; no curto prazo, não haverá alívio na dinâmica de preços. O IPCA deve fechar o ano de 2015 em 9,4%, desacelerando em 2016 para 5,3% - acima do centro da meta de 4,5%, porém dentro das bandas de tolerância.

A consolidação fiscal tem se revelado desafiadora e projetamos que o superávit primário fiscal será de 0,7% do PIB este ano, e de 1,0% em 2016 - expectativas aquém das metas definidas pelo Ministro da Fazenda, que se comprometeu publicamente com um superávit de 1,1% do PIB em 2015 e de 2,0% em 2016. Todavia, acreditamos que o governo revisará suas metas ao longo do segundo semestre, adequando-as a um cenário de menor arrecadação.

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: "2015" and a signature.
 - Middle right: A circled signature.
 - Bottom right: A circled signature.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que a meta de inflação permanecerá em 4,5% para 2017, todavia reduziu o intervalo de tolerância (banda) de 2,0% para 1,5%, na primeira alteração da mesma desde 2004. Em termos práticos, o movimento indica que a autoridade monetária terá menos margem para acomodar choques de preços – sejam estes de natureza inflacionária ou deflacionária, pois a banda é simétrica em relação ao centro da meta. Além disso, o Conselho anunciou o aumento da taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 6,0% para 6,5%, a terceira alta consecutiva e um movimento esperado tendo em vista o ciclo de aperto empreendido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).

Em relação à condução da política monetária, avaliamos que o comportamento recente da inflação e os esforços para redução das expectativas de inflação de médio prazo farão o Banco Central do Brasil (BCB) estender o processo de alta de juros até o terceiro trimestre. Em seu Relatório de Inflação o BCB reforçou a linguagem utilizada recentemente, destacando a importância de se manter vigilante, com perseverança e determinação para minimizar a contaminação das expectativas futuras de inflação. Portanto, esperamos elevação da taxa de juros para 14,5%, com aumentos de 50 e 25 (bps) nas próximas reuniões. Passado o pior momento do ajuste, a convergência da inflação nos horizontes mais longos permitirá um ciclo agressivo de corte de juros, e a taxa de juros deverá encerrar 2016 em 11,0%.

Logo, é possível dizer que os dados disponíveis ratificam nossas expectativas de que teremos dois anos difíceis para a economia brasileira. Contudo, os ajustes em curso são necessários e contribuirão para uma melhora da economia de 2017 em diante.

Disclaimer:

O Cenário Econômico Mensal é uma publicação da Itaú Asset Management. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes. As informações contidas neste publicação foram produzidas dentro das condições atuais de mercado e da conjuntura e refletem uma interpretação do Itaú Unibanco, podendo ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. Esta publicação possui caráter meramente informativo e não reflete oferta ou recomendação de investimento de nenhum produto específico. Para análise de produtos específicos oferecidos pelo Itaú Unibanco, consulte seu gerente para maior detalhamento e informações completas acerca de suas peculiaridades e riscos. O Itaú Unibanco não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nos dados aqui divulgados.

Cenário Econômico - Julho 2015
EUA: dados indicam que as bases para um aumento de consumo e da atividade estão cada vez mais sólidas

Cenário Econômico - Junho 2015
Mercado alternou entre a cautela e o otimismo no mês de maio

Cenário Econômico - Maio 2015
Confiança dos brasileiros nunca esteve tão baixa e os estoques na indústria tão elevados

Cenário Econô Abril 2015
Agência de classif de risco mantém I como estável,

Especialidades

Segmentamos nossos times de gestão...

A Asset
Quem Somos
Equipe
Valores
Sustentabilidade
Política de Voto

Diferenciais
Especialidades
Solidez

Dúvidas Frequentes

Veja as dúvidas mais frequentes...

Produtos
Fundos
ETFs It Now
Soluções Customizadas

Análises

O nosso ponto de vista sobre os mercados...

Informações
Análises
Links de Interesse

Saiba Mais
Conhecimento
Glossário
Tributação
Dúvidas Frequentes
Contato



THIAGO NEVES PEREIRA
Economista

Olá!

Sejam bem-vindos a mais uma conversa sobre **Economia e Mercados**. Eu sou Thiago Neves Pereira, economista da BRAM.

Nesse mês alguns eventos elevaram a incerteza no cenário internacional. O primeiro deles é com relação à crise política na Grécia, que reacendeu o temor quanto à saída do país da Zona do Euro. Esse evento tem contribuído para as quedas das bolsas no mundo e maior pressão sobre as taxas de câmbio. Uma eventual ruptura na Zona do Euro provavelmente adiaria a subida de juros nos Estados Unidos de setembro para dezembro ou mesmo para o próximo ano.

O segundo evento é o ritmo de moderação da economia chinesa. A segunda economia do mundo tem apresentando desaceleração mais acentuada, provocando novas ações de estímulo por parte do governo. Diante desse quadro é hora dos investidores ficarem atentos aos movimentos das bolsas, juros, câmbio e commodities, porque está acontecendo uma realocação de portfólios no mundo.

Como fica o Brasil nesse contexto? Como eu já falei em outras conversas é hora de recolocarmos a casa em ordem. O cenário econômico é de um ano difícil, aumento de desemprego, inflação elevada, alta de alguns impostos, redução de investimentos e elevação de juros. Contudo, vale destacar que tudo isso é parte do ajuste necessário para o país voltar a crescer nos próximos anos.

O ajuste fiscal tem um papel central nesse processo. Ao recolocarmos as contas

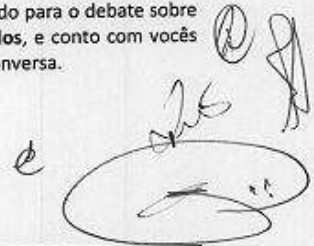
públicas em ordem, o Governo reduz o risco macroeconômico, afastando o risco de perda do grau de investimento. Isso, em um segundo momento, favorecerá a queda das curvas de juros locais.

É claro que para sermos bem sucedidos no ajuste, ainda temos que completá-lo com medidas de crescimento. Nessa direção, são necessárias medidas de aumento da produtividade, como desburocratização, simplificação tributária, concessões e maior abertura comercial. Todas essas medidas contribuirão para elevar a competitividade do país. Temos então agendas que se complementam: no primeiro momento o ajuste fiscal, e depois a agenda mais dedicada ao crescimento. A agenda de crescimento deve ganhar corpo ao longo do segundo semestre do ano.

Resumindo, o nosso cenário ainda é de crescimento negativo nesse ano, alta de desemprego e inflação elevada. Contudo, à medida que o processo de ajuste evolui, a inflação cede, as taxas de juros caem, favorecendo o crescimento já no próximo ano. O país deve crescer entre 1% e 1,5% em 2016 e acelerar para algo entre 2% e 3% em 2017 e 2018.

Quanto à inflação devemos sair de um patamar próximo a 9% nesse ano para algo perto de 5,5% no ano que vem. Com relação à taxa de juro, a Selic deve encerrar o ano entre 14,5% e 15%. No ano que vem, diante da queda da inflação, abre espaço para uma queda agressiva de juros, entre 200 e 300 pontos, caindo para próximo de 12%. Em relação ao câmbio, a gente espera uma desvalorização ao longo do ano, encerrando 2015 entre R\$3,20 e R\$3,30 e próximo a R\$3,40 em 2016.

Espero ter contribuído para o debate sobre **Economia e Mercados**, e conto com vocês na nossa próxima conversa.



Situação econômica exige esforço, diz ministro Joaquim Levy

Pedro Ladeira/Folhapress



O ministro da Fazenda, Joaquim Levy

JULIA BORBA
DE BRASÍLIA

15/07/2015 12h53 - Atualizado às 13h40

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse nesta quarta-feira (15) que "muitos países estão tendo que se virar para vencer" a crise econômica e que a "situação exige esforço, inteligência nas medidas."

Levy é recebido por deputados em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, em Brasília.

Segundo ele, o governo brasileiro vem adotando medidas para "colocar a economia num caminho de crescimento e de recuperação" em um momento em que o cenário internacional está "muito diferente" e "exige que o Brasil responda adequadamente a esses desafios".

O ministro defendeu que apenas evitando a complacência será possível "dar uma virada e voltar para o crescimento".

"Quando se fala de ajuste, numa coisa momentânea, a gente quer consertar algum

desequilíbrio que tenha surgido, mas principalmente preparar o Brasil para enfrentar e vencer um novo cenário mundial que está aí", disse.

OPERAÇÃO ZELOTES

Levy comentou ainda a Operação Zelotes, da Polícia Federal, deflagrada no fim de março, após denúncia em carta anônima. A investigação trata de esquemas de sonegação fiscal.

Suspeita-se que quadrilhas atuavam junto ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, revertendo ou anulando multas.

A entidade é um tribunal administrativo formado por representantes da Fazenda e dos contribuintes (empresas) que julga hoje processos que correspondem a R\$ 510 bilhões, segundo o próprio ministro.

"A Operação Zelotes foi muito importante. As consequências dela são: uma reformulação completa do Carf trazendo novos padrões para essa instituição e a punição onde houver indícios. Realmente criando um novo padrão para o trabalho em relação ao litígio tributário", disse.

"O que esperar do novo Carf? A redução desse acervo, vamos chamar de estoque, que é menos artístico. Reduzir o estoque de R\$ 510 bilhões para R\$ 266 bilhões em um ano."

Segundo ele, a troca dos conselheiros, a organização dos processos, a revisão de processos sob suspeita, a instauração de processos administrativos, disciplinares e sindicâncias, além da busca pela certificação ISO 9001 darão celeridade a essas análises e segurança para as decisões.

"Se procurou também a remuneração do conselheiro, que é muito importante. Ele tem que se dedicar. Não é muito diferente com conselheiro do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]. Ele é dedicado, vem do setor privado e é remunerado. É uma grande honra servir o Cade e tem que ser uma grande honra servir o Carf", completou.

Até junho deste ano, 111.625 processos estavam pendentes de análise no conselho.

Dos maiores processos em disputa, há 20 que, sozinhos, tratam do pagamento de R\$ 145 bilhões que, segundo a fiscalização, estão em desacordo com a Lei.

Endereço da página:


<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1656032-a-situacao-exige-esforco-diz-joaquim-levy-sobre-cenario-economico.shtml>

Links no texto:

Operação Zelotes

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.



47%

60%
Poços de Caldas, BR
Débito a partir de:
Suado a 5 min do centro
de Poços de Caldas, a 3...

77%
Balneário Camboriú, BR
Débito a partir de:
O Infinity Blue Resort &
Spa é um resort 5 estrel...

R\$ 195,94

Barbosa: meta é adequada para atual cenário econômico do Brasil

"Estamos cortando mais os gastos, não estamos aumentando", disse

Postado em 22/07/2015 19:38
 Agência Estado (mailto:*)

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse nesta quarta-feira (22/7) que a meta de superávit fiscal do setor público consolidado em 2015 foi reduzida de R\$ 66,3 bilhões para R\$ 8,7 bilhões. Sobre os componentes do número, Barbosa informou que R\$ 5,8 bilhões dizem respeito à União e R\$ 2,9 bilhões para Estados e Municípios. "É uma meta que consideramos adequada para o atual cenário econômico do Brasil", afirmou.

Segundo ele, as estimativas de receita primária líquida do governo foram reduzidas em R\$ 46,7 bilhões. Por outro lado, as estimativas de despesas obrigatórias foram elevadas em R\$ 11,4 bilhões. De acordo com o ministro, o que o governo esperava gastar com o abono salarial e seguro-desemprego não foi concretizado e houve um aumento de R\$ 3,4 bilhões, com mais despesas especialmente com seguro defeso. "Estamos cortando mais os gastos, não estamos aumentando", disse.

Leia mais notícias em Economia (<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/>)

Além de reduzir a meta de superávit fiscal, o governo flexibilizou as regras para execução da política fiscal brasileira. O ministro disse que, no mesmo projeto que será enviado ao Congresso para rever a meta fiscal de 2015, será incluída uma cláusula de abatimentos da meta, que poderão ser utilizados se houver frustração na arrecadação de receitas.

De acordo com Barbosa, o governo poderá abater até R\$ 26,4 bilhões da meta em três situações. A primeira possibilidade é a recuperação de débitos em atraso, com expectativa de incremento aos cofres da União em R\$ 10 bilhões. Outra permissão é dada para a regularização de ativos no exterior, a chamada repatriação de recursos, com possibilidade de trazer mais R\$ 11,4 bilhões. Por fim, um esforço para continuar o processo de concessões, com possível incremento de R\$ 5 bilhões neste ano.

Segundo o ministro, a flexibilização da meta permitirá, na prática, que o governo termine o ano com déficit primário.

PUBLICIDADE

Pós em Psicopedagogia

Seja um profissional diferenciado. Pós em Psicopedagogia na Unifev!

o o

Tags: meta fiscal, receita, superávit, .

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Comentários

Digite seu comentário

Faça seu login para comentar

e-mail

senha

Logar